



PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Série Estudos Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

## **A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea**

*Paulo André Niederle<sup>1</sup>*

Coreografia é arte de conceber e compor uma seqüência de movimentos e gestos considerando o conjunto de atores envolvidos e o cenário onde estes interagem. A arte de interagir num contexto dinâmico, muitas vezes conflitante e desafiador. É disto que trata o mais recente livro de Jan Douwe van der Ploeg, *Camponeses e Impérios Alimentares*, publicado no final de 2008 pela Série Estudos Rurais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: uma definição da coreografia dos “novos campesinatos” que se consolidam em todo o mundo como a principal expressão de oposição ao *Império*, um modo de ordenamento social que simboliza a atual fase de globalização. De que maneiras se movimentam os camponeses? Quais os contextos em que suas ações acontecem? Quais atores sociais interagem nestes contextos? Ploeg aborda estas questões de maneira clara e didática, compilando numa grafia simples e envolvente um livro de denso conteúdo teórico interdisciplinar consubstanciado por um amplo conjunto de informações empíricas.

---

<sup>1</sup> Doutorando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq. E-mail: paulo.niederle@yahoo.com.br

Reconhecido como um dos mais proeminentes estudiosos do mundo rural na atualidade, Ploeg acumula uma longa experiência acadêmica à frente da cadeira de sociologia rural da Universidade de Wageningen (Holanda) e um vasto conhecimento da realidade da agricultura mundial proveniente de mais de trinta anos de trabalhos e pesquisas em comunidades rurais na Europa, América Latina e África. Sua vasta produção acadêmica é, no entanto, praticamente desconhecida no Brasil. *Camponeses e Impérios Alimentares* é o primeiro livro publicado no país. Felizmente, sua escolha foi mais do que pertinente uma vez que se trata de uma obra de síntese, em que o autor expõe o resultado destes anos de trabalho metucioso na coleta de dados e na construção e refinamento de definições e métodos.

Adotando uma postura teórica heterodoxa, Ploeg articula conceitos e ferramentais analíticos das diferentes perspectivas com as quais dialogou ao longo de sua trajetória acadêmica. Assim, pedimos licença ao leitor para apresentar em breves linhas um pouco desta trajetória antes de entrarmos especificamente no conteúdo do livro.

Os primeiros trabalhos de Ploeg – em especial sua tese de doutoramento (*Labour, markets and agricultural production*, 1990) – são muito próximos à economia política marxiana. Essa herança deve-se ao diálogo crítico estabelecido com vertentes da sociologia da agricultura no que se refere à problemática da mercantilização, em especial com as teorizações acerca da “produção simples de mercadorias” propostas por Harriet Friedmann, Henry Bernstein e David Goodman. No entanto, fundamentado em uma crítica ao viés estruturalista destas contribuições, Ploeg propõe juntamente com Norman Long (orientador de sua tese e co-autor de vários artigos e livros) a adoção de uma “perspectiva orientada ao ator” que redefina os termos da oposição estabelecida entre ator e estrutura. O objetivo é demonstrar que a mercantilização da agricultura não é um processo único e inevitável derivado da natureza do desenvolvimento capitalista. De outro modo, para Ploeg e Long, a mercantilização é um processo negociado em que os agricultores possuem poder de agência para resistir, enfrentar ou mesmo ampliar sua inserção mercantil, dependendo de variáveis socioculturais que não podem ser reduzidas a uma racionalidade econômica *stricto sensu*.

Esta perspectiva “social construtivista” ou “pós-modernista” (para empregar os termos utilizados por Frederick Buttel em referência aos autores) propunha uma aproximação com ferramentais teórico-metodológicos provenientes da hermenêutica e da fenomenologia. Em consonância com uma espécie de “virada culturalista” (*cultural turn*) em curso nos estudos sociais à época, o foco privilegiado da análise voltou-se para os “repertórios culturais”

(noções de valor, discursos, idéias de organização, símbolos e procedimentos rituais) que orientavam as práticas dos agricultores, sublinhando as respostas diferenciais destes atores sociais frente a contextos estruturais relativamente similares. De fato, daí em diante os trabalhos de Ploeg passaram a exibir uma preocupação cada vez maior com o escrutínio da diversidade do mundo rural (vide a centralidade da noção de “estilos de agricultura”) e com a incorporação de elementos subjetivos (*folk concepts*) às tipificações socioeconômicas, consideradas demasiadamente limitadas para definir a complexidade da realidade social.

Dentre as perspectivas com as quais Ploeg se aproximou ao longo dos anos 1990, ao menos mais três precisam ser destacadas. Primeiramente, o diálogo estabelecido com sociólogos rurais espanhóis – notadamente Eduardo Sevilla Guzmán e Vitor Manuel Toledo – no que se refere às interfaces entre ecologia e campesinato, de onde provém uma compreensão da agricultura enquanto um processo de “co-produção entre homem e natureza” (p. 40-8). Em segundo lugar, percebe-se o desenvolvimento de uma preocupação com a incorporação de elementos provenientes de teorias institucionalistas. A estreita relação com o economista italiano Vito Saccomandi mostrou-se assim fundamental à inclusão de forma mais elaborada da temática das instituições econômicas e da construção social dos mercados. Por fim, também se percebe uma tentativa de diálogo com as teorias de Bruno Latour e John Law sobre redes sociotécnicas, evidente pela própria definição do Império: um agregado de “mundos ou regimes sóciotécnicos” personificados por uma “variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias etc.” (p. 20) agindo à distância para “conquistar e controlar cada vez mais partes da produção e consumo de alimentos em escala global” (p. 21).

Foi fundamentalmente a partir deste arcabouço teórico que Ploeg construiu um amplo projeto de pesquisas sobre a dinâmica da agricultura e do mundo rural. Todavia, seus notáveis avanços teóricos e metodológicos ainda careciam de uma compreensão abrangente dos processos mais gerais em curso na sociedade contemporânea. O foco nos atores necessitava de um ajuste para que fosse possível visualizar as mudanças estruturais ocasionadas pela atual fase de globalização. O fato é que, com o mal estar com o estruturalismo, ao longo das duas últimas décadas a sociologia rural como um todo (inclusive a brasileira) tornou-se de algum modo “orientada aos atores”. Muitas vezes isso se deu às expensas de uma leitura das transformações que se processavam em níveis mais agregados. Hoje em dia, alguns esforços vêm no sentido de reconectar estes estudos a tradições mais recentes da economia política. A

questão, todavia, é como fazê-lo sem perder de vista o “caráter contraditório e esquizofrênico” (p. 263) da nova ordem que regulamenta as transformações em curso. O esforço de Ploeg neste sentido começa pela aproximação com as teorizações de Hardt e Negri sobre o Império, conceito que o autor utiliza como “um dispositivo heurístico para caracterizar a nova “superestrutura” dos mercados globalizantes” (p. 7).

“O Império, como realidade empírica, representa uma mistura impressionante e confusa de novos elementos, o que naturalmente torna extremamente difícil o desenvolvimento de uma representação clara, bem definida e teoricamente fundada dele” (p. 256). Diferentemente de períodos anteriores, o poder do Império não se fundamenta na propriedade direta dos recursos, mas no controle exercido através de “redes” pelas quais se estruturam o mundo social e o mundo natural. Permitido pelas novas tecnologias de comunicação e informação, este controle ocorre à distância “através da especificação dos requisitos técnicos e econômicos em todas as interfaces da rede” (p. 261). Trata-se de um fenômeno do “terceiro nível” em que, ao invés de infra-estruturas produtivas (primeiro) ou pessoas e mercadorias (segundo), o que interessa é a direção e o controle dos processos. “O Império não diz respeito primeiramente a produtos, pessoas, serviços, recursos, lugares, e assim por diante, nem é composto por esses elementos. O Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado e em expansão cada vez mais monopolista de *ligações* (isto é, uma rede coercitiva) que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica” (p. 279).

No setor agroalimentar, o Império materializa-se em cadeias globais de valor que descontactam a produção do consumo, a atividade agrícola do ecossistema local e os alimentos produzidos da comida final industrializada. O mecanismo de confiança estabelecido pelo encontro direto entre produtores e consumidores foi substituído por mecanismos de administração de fraudes e riscos alimentares (vide o caso da Parmalat discutido no cap. 4), envolvendo normas e procedimentos técnicos que homogeneízam e descaracterizam os alimentos (a “vaca global” analisada no cap. 8). O caráter tenro e o gosto da carne já não têm mais relação com a raça, o tipo de alimentação ou ecossistema, pois essas características tornaram-se agora o resultado de processos industriais (injeção de água, proteínas adicionais, amaciadores, sabores artificiais etc.). A agricultura, como refere Ploeg (p. 282), não mais está voltada para alimentar a população mundial de forma saudável e sustentável. Seu objetivo é

alimentar o Império, sendo o atual dilema “combustíveis x alimentos” a expressão máxima desta nova lógica.

No entanto, por mais abrangente que seja, o poder do Império é limitado e seu interior revela fissuras que ameaçam seus alicerces. A emergência de movimentos “contra-imperiais” em escala global, como é o caso da via campesina e de um conjunto crescente de movimentos em que os consumidores têm assumido um papel de destaque (*slow food, fair trade*) revelam algumas formas de resistência. Nos mercados agroalimentares, o apelo por alimentos locais, com qualidades específicas relacionadas à origem e a modos tradicionais de produção, revaloriza as localidades e a agricultura camponesa. Para Ploeg, ao mesmo tempo em que o Império aumenta seu controle sobre determinados domínios, assistimos a criação de novas formas de resistência, onde a “recampesinização” talvez seja a mais proeminente.

Recampesinização é um modo original de ampliar quantitativa e, principalmente, qualitativamente o campesinato ou, mais precisamente, um modo específico de fazer agricultura e de se relacionar com a natureza e a sociedade. Para Ploeg, compreender as características deste processo na sociedade contemporânea exige uma teorização que “permita ir além das teorias camponesas, tal como foram desenvolvidas durante o final do século XIX e as primeiras oito décadas do século XX” (p. 9). “Estou absolutamente consciente da riqueza, amplitude e alcance da tradição dos estudos camponeses. No entanto, apesar de suas muitas virtudes, considero que os resultados dessa tradição multifacetada são inadequados para compreender efetivamente as contradições, os potenciais e as limitações de hoje” (p. 36)

“Eu me refiro a essa nova abordagem que está começando a emergir a partir de muitas fontes, como estudos camponeses pós-modernos” (p. 9), no sentido de que, pela primeira vez, superam os pressupostos das teorias que deram sustentação aos projetos de modernização da agricultura. É necessária uma abordagem que suplante compreensões ainda enraizadas numa sociologia rural arcaica que percebia os camponeses de modo estático, periférico e como vítimas passivas do desenvolvimento capitalista na agricultura; um obstáculo que seria removido pela modernização do campo.

Para Ploeg, é necessário analisar o campesinato moderno em suas múltiplas faces, de modo que – muito próximo a uma formulação expressa outrora por Klaas Woortman – é mais apropriado analisar como distintas formas familiares de produção comportam diferentes “graus de campesinidade”, características de uma “condição camponesa” que expressa relações sociais, culturais, econômicas e políticas específicas. Mas que condição camponesa

seria esta? “Para que possamos voltar a teorizar o campesinato, pretendo desenvolver uma nova definição da “condição camponesa”, que o situe estritamente no contexto dos dias atuais” (p. 39).

“A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente” (p. 285). A construção e manutenção de uma base de recursos autônoma é a chave para a reprodução do modo de produção camponês, o qual é orientado para a criação de valor agregado e emprego produtivo. A *autonomia* é o denominador comum da condição camponesa moderna. Esta reflete a luta constante e infindável das formas familiares de produção pela criação de uma base de recursos auto-controlada, integrada e de múltiplo uso, que lhes confere poder de agência sobre o curso de suas vidas. Neste sentido, para Ploeg, as novas e múltiplas formas de resistência que estão surgindo têm menos a ver com as “lutas abertas” (manifestações, marchas, ocupações, bloqueios) ou com os atos cotidianos de desafios descritos por James Scott, do que com uma gama de práticas heterogêneas associadas ao “modo camponês de fazer agricultura” (p. 60). É isso que mostra os casos de Catacaos no Peru e da Frísa na Holanda, em que o autor discute como os agricultores são capazes de criar uma base integrada e endógena de recursos, além de novos circuitos de mercado, para manter certa autonomia *vis-à-vis* as pressões exercidas pelo Império, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Com efeito, a partir de uma citação de Antonio Negri, Ploeg conclui: “a resistência já não é uma forma de reação, mas sim uma forma de produção e ação [...]. Ela é uma resistência completamente nova baseada na inovação [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]” (p. 297)

Tendo em vista sua “novidade” (modo como formas de inovação são referidas por Ploeg), este livro pode trazer novo alento para os estudos rurais brasileiros. Não exatamente em virtude das breves considerações feitas em relação ao Brasil, mas pela sua perspectiva desafiadora e seu modo provocante de contrapor certos dogmas, alguns dos quais estão enraizados no debate em curso no Brasil sobre o estatuto teórico do campesinato e da agricultura familiar. De antemão podemos ao menos afirmar que *Camponeses e Impérios Alimentares* tem o mérito de ir além do reconhecimento da existência de uma ou outra “forma social” (se é que podemos assim defini-los), para mostrar o que são os campesinatos

modernos, como eles se movimentam e em que contexto suas lutas ocorrem. Enfim, suas coreografias.